

# Relações de desigualdade entre personagens negros e brancos em livros didáticos

Jacqueline de Almeida

SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. *Racismo em livros didáticos: estudo sobre negros e brancos em livros de Língua Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 223 p.

O tema “racismo nos livros didáticos” entrou na pauta das políticas públicas educacionais do Brasil contemporâneo em virtude das intensas reivindicações do movimento negro e da mobilização de pesquisadores interessados em estudar o racismo brasileiro. Em resposta às críticas formuladas, adotou-se uma série de ações governamentais visando à eliminação de discursos racistas nos textos didáticos. Uma delas corresponde ao Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), iniciado em 1985, que procurou apreender o impacto desses movimentos e promover alterações nos livros e nos materiais distribuídos às redes de ensino básico do País. Mas em que medida o racismo foi superado ou modificado?

Foi com esse intuito que Paulo Vinícius Baptista da Silva desenvolveu a pesquisa que resultou no livro *Racismo em livros didáticos: estudo sobre negros e brancos em livros de Língua Portuguesa*, publicado em 2008. Essa pesquisa, que corresponde à sua tese de doutorado, parte da hipótese de que o livro didático continua produzindo e veiculando um discurso racista, no entanto, adaptado aos tempos atuais. O autor realiza uma análise, em perspectiva diacrônica, de períodos cronológicos pré-definidos, nos quais observa a extensão de eventuais modificações do discurso racista. A pesquisa está amparada em três campos de conhecimento: teoria da ideologia, estudos sobre relações raciais e estudos sobre políticas educacionais.

Composto por três partes e estruturado em sete capítulos, o livro propõe uma reflexão sobre as formas de produção e veiculação de discursos que sustentam relações de desigualdade entre negros e brancos no contexto brasileiro. Nesta

resenha, discuto brevemente as reflexões e teorizações oriundas das duas primeiras partes do livro para, em seguida, aprofundar-me na terceira parte, particularmente no capítulo intitulado “Interpretação e reinterpretação”, no qual o autor apresenta os resultados das análises. Estes revelam que os autores dos livros didáticos que foram examinados na pesquisa utilizaram-se, em sua maioria, da compilação de textos de escritores consagrados da literatura infantojuvenil brasileira para compor as unidades de leitura. Isso seria um indicativo de que a mudança no repertório/acervo de livros didáticos disponível repercutiria em áreas diversificadas e muito mais abrangentes do que a dos próprios livros.

A primeira parte, Campo do Estudo – correspondente ao campo de conhecimento da teoria da ideologia – está estruturada em dois capítulos. No primeiro, “Sobre o objeto”, Paulo Vinícius realiza uma revisão atenta da literatura sobre livros didáticos no Brasil com o objetivo de refletir acerca das lacunas nos estudos acadêmicos a respeito do racismo, da intensa mobilização dos movimentos sociais e dos mecanismos legais adotados pelo PNLD. Com base em pesquisas desenvolvidas entre a década de 1970 e o ano de 2001, o autor observa que, em seu conjunto, esses estudos aparecem fragmentados e nem sempre explicitam um diálogo com a produção ou recepção desse material. A falta de interlocução com o campo das relações raciais no Brasil e a pouca preocupação com o tratamento dado à História da África também são questionadas pelo autor.

Para aprofundar as discussões e estruturar sua pesquisa, no segundo capítulo, “Teoria e método”, Paulo Vinícius alinha-se à proposta teórica e metodológica de John B. Thompson (1995), na qual o conceito de ideologia é tomado como “fenômenos simbólicos” que, em determinados contextos sócio-históricos, servem para estabelecer e sustentar relações de poder ou dominação. Segundo essa teorização, formas simbólicas estão sempre circulando em contextos sociais estruturados, nos quais podem atuar para criar, instituir, manter e reproduzir relações de desigualdade, nesse caso, racial. Portanto, é sob o prisma da análise ideológica que Paulo Vinícius examina os discursos racistas dos livros didáticos de língua portuguesa.

Quanto aos modos gerais de operação da ideologia, o autor aponta que a *legitimação* corresponde a formas simbólicas que são representadas como ideias precisas, imparciais e legítimas; a *dissimulação* pode ser pensada como aquela relacionada ao “novo racismo”, ou seja, um tipo de estratégia que tende a criar uma aparência de respeitabilidade e de aceitação. Já a *unificação* consiste em interligar indivíduos, em nível simbólico, numa identidade coletiva que desconsidera a diversidade; a *fragmentação* segmenta determinados grupos que podem oferecer algum perigo aos grupos dominantes, sendo a *estigmatização* uma das principais estratégias desse modo de operação da ideologia. E, por último, a *reificação* tende a retratar situações históricas e transitórias como permanentes e “naturais”. Os métodos de análise também foram inspirados em Thompson (1995), cuja proposta metodológica – a Hermenêutica da Profundidade (HP) – envolve três etapas: sócio-histórica, análise formal ou discursiva e interpretação/reinterpretação da ideologia.

Na segunda parte do livro, Análise do Contexto Sócio-Histórico, estruturada em três capítulos, Paulo Vinícius concentra suas pesquisas no campo das relações

raciais. O capítulo introdutório, que corresponde ao terceiro do livro, traz uma breve descrição dos procedimentos utilizados pelo autor na sua pesquisa bibliográfica. O período definido para coleta de dados foi de 1987 (início das comemorações dos cem anos de mudança na lei da escravidão) até 2002. Nesse período, conforme o autor, muitos artigos de revisão de pesquisas anteriores sobre negros em livros didáticos foram publicados. Além da análise documental, foram realizadas entrevistas e um estudo sobre a produção de livros didáticos no Brasil, bem como avaliações em documentos oficiais do PNLD.

No quarto capítulo, "Discursos racistas no contexto brasileiro", o autor baseia-se no conceito de raça como "uma construção social, destituída de fundamentos biológicos" (Guimarães, 2002). Conforme o autor, no Brasil, a classificação por "cor" perpassa a ideia de raça. Em outros termos, a noção de cor informa sobre diversos atributos, como cor da pele e outros traços fenotípicos, e também sobre determinadas condições sociais – esse tipo de sistema classificatório ocupa um lugar significativo no estudo das relações raciais. A classificação mais recorrente no contexto brasileiro utiliza uma série de denominações intermediárias, como moreno/a e mulato/a; outra perspectiva defende a ocorrência de categorias que vão do branco ao preto (pardo, moreno claro, moreno, mais escuro, preto e negro). Entre outros sistemas classificatórios, o ponto que ganha destaque do autor é aquele que apresenta características mais complexas e sugere inúmeras ambiguidades: os discursos e as atitudes racistas e discriminatórias.

No que se refere à educação, Paulo Vinícius afirma que as relações raciais nas escolas brasileiras continuam pautadas, em grande parte, por hostilidades, por impossibilidades intelectuais imputadas aos alunos negros e desqualificação da identidade racial. Outra forma de discriminação é a centralidade dos currículos em perspectiva eurocêntrica, a qual valoriza os aspectos de origem e influência da Europa, tomada como *locus* da civilização. Paralelamente, os legados de outros povos são negados ou desvalorizados. Nesse contexto, uma das reivindicações do movimento negro é, justamente, adequar o tratamento dado ao ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar. Contudo, para o autor, a estratégia de discurso racista mais observada no interior das escolas brasileiras corresponde à questão da invisibilidade negra, aos significados negativos em relação aos negros e aos positivos em relação aos brancos que são construídos e reproduzidos nos livros didáticos e de literatura infantojuvenil.

Para finalizar o quarto capítulo, Paulo Vinícius fornece uma síntese dos resultados de pesquisas brasileiras (entre 1955 e 1995) em Desigualdades Raciais no Plano Simbólico, que trata de literatura, cinema, publicidade, imprensa e televisão. Particularmente sobre a representação de personagens negros na literatura infantojuvenil, entre 1955 e 1975, o autor observou, além de uma pequena elaboração de personagens não brancos, uma correlação de personagens negros com profissões socialmente desvalorizadas; associação, pela "cor", com a maldade, a feiura e a sujeira; e, ainda, associação com personagens antropomorfizados. Em período posterior, de 1975 a 1995, pequenas mudanças foram constatadas. Embora alguns personagens negros tenham alcançado a categoria de protagonistas, a tendência a

*naturalizar* os personagens brancos como representantes da espécie e subordinar o negro a eles se manteve nas produções literárias infantojuvenis desse período.

Pensando na contribuição do livro didático enquanto um objeto privilegiado na educação brasileira e direcionando suas atenções para o PNLD, no quinto capítulo, relativo às políticas educacionais, o autor pontua uma nova fase na produção de livros no Brasil. Com a intensificação das reivindicações do movimento negro, a avaliação de 1993 (Brasil. FAE, 1994) passou a considerar a necessidade de estabelecer novos critérios para a seleção de livros. Em 1996, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDU) propôs, enfim, que os livros didáticos enfatizassem a história e a luta dos negros na construção do Brasil e eliminassem os estereótipos e discriminações. No entanto, o autor conclui que, apesar das pontuais alterações no processo avaliativo, as políticas de produção dos livros didáticos permanecem as mesmas e as demandas dos movimentos sociais e os interesses dos professores continuam sem respostas.

Já na terceira parte do livro, *Análise Formal e Reinterpretação das Formas Simbólicas*, estruturada em dois capítulos, Paulo Vinícius apresenta os resultados da análise, em perspectiva diacrônica, das unidades de leitura de 33 livros didáticos de língua portuguesa, dirigidos à quarta série do ensino fundamental. Para desenvolver esse estudo, foram delimitados três períodos relacionados às políticas federais para o livro didático: o 1º período (1975 a 1984) corresponde à execução do Programa Nacional do Livro Didático de Ensino Fundamental; o 2º período (1985 a 1993) corresponde ao início da execução do PNLD; o 3º período (1994 a 2003), por sua vez, corresponde ao início do processo de avaliação sistemática dos livros a serem adquiridos para o PNLD. No sexto capítulo, "Procedimentos da análise formal", o autor ressalta a busca por uma articulação entre a proposta metodológica de Thompson (1995) e a análise de conteúdo (texto e ilustração) utilizada por Bardin (1985) e Rosemberg (1981).

O sétimo capítulo, intitulado "Interpretação e reinterpretação", encontra-se dividido em quatro seções. A primeira discute os resultados relativos aos dados catalográficos dos livros e das unidades de leitura que compuseram a amostra. Nessa seção, o dado mais interessante é que a lista de autores das 252 unidades analisadas revela a recorrência de grandes nomes da literatura infantojuvenil brasileira. O escritor mais frequente nos três períodos foi Monteiro Lobato. O segundo mais recorrente foi o gaúcho Érico Veríssimo, seguido por outros nomes, como os de Ana Maria Machado, Ruth Rocha e Lygia Bojunga Nunes. Há destaque para José Rufino dos Santos como o único autor que buscou a valorização do negro, ao focalizar aspectos da cultura afro-brasileira. Em contrapartida, o nome de Monteiro Lobato aparece associado a uma perspectiva "negrofóbica", cujas obras dirigidas à infância estariam reforçando, por gerações, estereótipos sobre o negro.

Na segunda seção, "Caracterização geral dos personagens", quanto à categoria "cor-etnia", dos 741 personagens das unidades de leitura, 698 foram classificados como brancos e 43 como negros. Além dos índices numéricos superiores, os personagens brancos foram aqueles que apresentaram características mais desenvolvidas e valorizadas (nome próprio, uso de linguagem padrão, protagonismo,

profissão, família nuclear etc.). As diferenças entre o tratamento dado aos personagens brancos e aquele dado aos negros foram mais perceptíveis no que se refere às relações familiares e à frequência no ambiente escolar. Para o autor, esse tipo de caracterização reforça o discurso racista no livro didático na medida em que naturaliza a condição do branco como representante da espécie e, por sua vez, estigmatiza o negro.

Direcionando as discussões para as características predominantes das unidades de leitura, na terceira seção, "Análise diacrônica: modificações e permanências", o autor observou que os textos de literatura infantojuvenil apareceram como a fonte mais frequente no primeiro período (89%). Esse índice caiu para 77% no segundo período e para 51% no terceiro. Para o autor, essa relativa diminuição de textos literários tem relação direta com as políticas do livro didático. Para atender a uma pontual prescrição do Ministério da Educação (1997), os livros de língua portuguesa passaram a abranger uma ampla variedade de gêneros e formas textuais. Com isso, textos retirados de jornais, revistas e outros meios midiáticos passaram a ocupar espaços significativos nas unidades de leitura dos livros didáticos.

Ao analisar alguns textos jornalísticos, como os da *Folha de São Paulo*, o autor observou que os textos não tematizavam qualquer infância, mas a infância pobre. A correlação entre negros e miséria social pôde ser constatada nesses discursos. Outro exemplo foi o de um relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que discorreu sobre o trabalho infantil na África. Com o título de *Geração condenada*, o texto assumiu um discurso dramático e catastrófico, no qual previa um aumento de 100 milhões de crianças trabalhadoras no continente africano até 2015. Ainda que os autores de livros didáticos tivessem buscado compilar diferentes tipos de textos, tais discursos não apontaram para mudanças significativas ou para a ausência de um tratamento discriminatório.

Sendo a literatura infantojuvenil a fonte mais recorrente nas unidades de leitura, é oportuno aprofundar as discussões sobre a construção de personagens negros nas amostras analisadas. No primeiro período, o autor constatou que o personagem negro humano praticamente não existiu. Em grande parte, os personagens negros eram antropomorfizados (urubu, retalhinho preto, nuvem negra, pato negro etc.). No segundo, as análises revelaram apenas um personagem negro antropomorfizado (o boto Tipiti). Em outras unidades, o autor destacou duas formas de descrição: em uma história, de autoria de Cecília Meireles, especulando sobre o desaparecimento de um bem-te-vi, foi observada uma atribuição de criminalidade intrínseca ao homem negro: "talvez tenha sido atacado por esses crioulos fortes que saem do mato e atiram sem razão no primeiro vivente que encontram"; na outra, a personagem Emília, de Monteiro Lobato, ao falar sobre a necessidade de reformar o mundo, dispara: "para que tanto beijo em Tia Nastácia?". Para o autor, ambas as passagens desqualificam os personagens negros e podem ser compreendidas como formas explícitas de racismo.

Já no terceiro período, Paulo Vinícius encontrou uma diversidade um pouco maior de personagens negros e nenhum registro de personagens antropomorfizados. No entanto, ao articular texto e ilustração, o autor observou que, por exemplo, na

adaptação da narrativa popular europeia *A menina de leite* por Lobato, a personagem Laurinha aparece com traços pardos na ilustração. Embora não tenha sido classificada racialmente no texto, a narrativa da “caboclinha” sonhadora e desajeitada pode ser percebida como representativa do ponto de vista do escritor sobre a miscigenação. Ainda nesse período, Paulo Vinícius observou que os personagens negros apareceram com mais frequência e, em casos específicos, valorizados e atuantes. Entretanto, os trechos que retrataram esses tipos de personagens foram localizados em capítulos ou partes dos livros didáticos que teriam como objetivo discutir a desigualdade racial.

No geral, sob a perspectiva teórica de Thompson (1995), Paulo Vinícius conclui que as formas simbólicas, em contextos específicos, atuaram por meio da *universalização* dos interesses dos brancos, operando como forma de *legitimação* das desigualdades raciais. Outras vezes, ocorreu um *deslocamento* de sentidos relativos à discriminação racial, *dissimulando* processos sociais de desigualdade entre brancos e negros. Nesse contexto, também foram estabelecidos sentidos que dificultaram a possibilidade de o negro assumir posições de exercício de poder, ou seja, conforme o modo de operação da ideologia denominado *fragmentação*. Assim, os resultados mostraram que as formas simbólicas atuaram no sentido de naturalizar os personagens brancos como representantes da espécie, o que significa uma *reificação* do tratamento discriminatório e das relações de desigualdade entre negros e brancos no Brasil.

Por fim, a pesquisa diacrônica realizada por Paulo Vinícius mostrou que a literatura infantojuvenil foi a principal fonte de compilação para as unidades de leitura dos livros didáticos de língua portuguesa. Para o autor, isso significa que o discurso racista está arraigado às coletâneas de textos literários e que, portanto, acomoda-se às dinâmicas sócio-históricas. Sob outra perspectiva, pensando na escola como o lugar privilegiado para ampliar essas discussões, cabe estimular os educadores a lidar com textos literários não apenas na qualidade de artefatos explicáveis que trazem por referência as características dos autores e/ou dos contextos em que foram produzidos, mas no sentido de vê-los enquanto uma construção do mundo social como um todo. Ao assumir tal compreensão, abrem-se inúmeras possibilidades de criar novos significados, produzir outras interpretações e, ainda, permitir que as leituras provoquem mudanças de pensamento, valores e modos de ver o mundo.

### Referências bibliográficas

---

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1985.

BRASIL. Fundação de Assistência ao Estudante (FAE). *Definição de critérios para avaliação dos livros didáticos*. Brasília: FAE, 1994.

GUIMARÃES, Antônio S. A. *Classes, raça e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

ROSEMBERG, Fúlvia. Da intimidade aos quiprocós: uma discussão em torno da análise de conteúdo. *Cadernos CERU*, São Paulo, n. 16, p. 69-80, 1981.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Tradução do Grupo de Estudos sobre Ideologia, Comunicação e Representações Sociais da Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da PUC-RS. Petrópolis: Vozes, 1995.

---

Jacqueline de Almeida é mestranda em Educação na Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) e desenvolve pesquisas na área de relações étnico-raciais com ênfase na literatura infantojuvenil contemporânea de temática africana e afro-brasileira.